

APÊNDICE B – Principais escolas de economia e seus seguidores

APÊNDICE B

PRINCIPAIS ESCOLAS DE ECONOMIA POLÍTICA E SEUS SEGUIDORES

A Ciência Econômica, em seus estudos, visa entender a atividade produtiva, ou seja, como as sociedades organizadas utilizam os seus recursos materiais e humanos para produzir e distribuir bens e serviços, que atendam às necessidades de seus indivíduos. É uma Ciência Social, pois trata de problemas ligados ao comportamento humano. E, ao mesmo tempo, diferencia-se das demais Ciências Humanas por empregar métodos e ferramentas próprias das ciências exatas, como a Estatística e a Matemática. Modernamente, de acordo com os objetivos teóricos, ou práticos, a economia se divide em inúmeras áreas: economia privada, pura, coletiva, social, nacional, internacional, agrícola, industrial etc. A história da evolução do pensamento econômico pode ser dividida em períodos, nos quais predominavam certos axiomas ou paradigmas defendidos pelas seguintes correntes: **Mercantilista, Fisiocrática, Clássica, Marxista, Neoclássica e Keynesiana.**

Mercantilismo: conjunto de princípios que orientaram os primeiros Estados Modernos europeus, frente à expansão marítimo-comercial ocorrida entre o século XV e XVIII. Seus principais expoentes são os ingleses **Thomas Mun** e **Josiah Child**, os franceses **Jean-Baptiste Colbert** e **Antoine de Montchrestien** e o italiano **Antônio Serra**.

A idéia central do Mercantilismo é de que a riqueza de uma nação é formada pela reserva de metais preciosos, especialmente o ouro, que nos referidos séculos, acima citados, era moeda corrente, junto com a prata. Desta forma, o Estado deve acumular reserva pela descoberta de novas jazidas de minérios ou pela obtenção de *superavites* comerciais, ou seja, exportar um valor maior do que importar. Para garantir a expansão comercial, os Estados-Modernos europeus investem na conquista e exploração de novos mercados mundiais, como a América.

No Mercantilismo, o Estado é o grande idealizador e operador da política econômica. Essa intervenção está centrada na instituição de barreiras alfandegárias, com o objetivo de regular as transações internacionais, e o fortalecimento das companhias mercantis, voltadas para o comércio nos territórios colonizados.

As idéias mercantilistas dominaram o pensamento econômico ocidental desde a segunda metade do século XV até as primeiras décadas do século XVIII, quando começaram a sofrer restrições. As reações a política mercantilista conduziram ao **liberalismo econômico** – que teve seu berço na França, quando lavradores e burgueses levantaram-se contra a política absolutista.

Fisiocracia: no século XVIII, ocorreu um avanço considerável dos estudos econômicos, quando o médico francês **François Quesnay** (1694/1774) funda a Escola Fisiocrata, contestando o pensamento mercantilista, deslocaram o foco de sua análise, da circulação para a produção e, fundamentalmente, para a produção do setor primário. Os fisiocratas defendem uma sociedade basicamente agrícola, porque, para eles a terra – por meio da agricultura – era única fonte de riqueza de uma nação. As demais atividades, industriais e comerciais, são necessárias, porém, improdutivas – a indústria limita-se a transformar uma coisa em outra e o comércio a transferir de lugar mercadorias preexistentes.

Em função destas atividades, os fisiocratas dividiram a sociedade em três classes sociais: **classe produtiva** (formada pelas pessoas ligadas ao trabalho agrícola); **classe estéril** (constituída pelos “industriais” e comerciantes) e **classe ociosa** (reunindo a nobreza e o Clero).

O estudo do Quadro Econômico (1756), de François Quesnay, é considerado a primeira análise do equilíbrio geral do sistema econômico. Nele, o autor demonstra como a renda gerada na agricultura é redistribuída entre as classes da sociedade por meio de fluxos. Os fluxos do *Tableau Economique* baseava-se na descoberta de **William Harvey** da circulação do sangue retratando uma economia fechada em que não há relações com o comércio exterior e não há poupanças, mas enfatiza o **Poder de Compra dos Assalariados** e a importância dos **Detentores de Capital** para os reinvestimentos na produção agrícola, no comércio e na indústria. Fluxo entre as Classes e não entre os indivíduos.

A fisiocracia também realiza defesa sistemática do Liberalismo. Ao contrário dos mercantilistas a escola rejeita a interferência do Estado nas operações econômicas, pois estas são regidas por leis naturais instituídas por Deus. Conseqüentemente, bem governar, consistia em deixar a sociedade fluir livremente, no ritmo das leis naturais. As expressões *Laissez-faire* (deixa fazer) e *Laissez-passer* (deixa passar) convertem na máxima do liberalismo fisiocrático. Este liberalismo, naturalmente, não significa inação do governo, pelo contrário, ao soberano competia zelar pela observância das **leis naturais**, que formavam um arcabouço abrangente para a ação humana. O

término do fisiocratismo ocorre em 1776 com a queda de **Turgot** do ministério e com a publicação da riqueza das nações de Adam Smith.

Escola Clássica: a ciência econômica é definitivamente criada com a fundação da Escola Clássica. O marco fundamental é a publicação, em 1776, da obra *Uma investigação sobre a natureza e causas da Riqueza das Nações* do escocês **Adam Smith** (1723-1790). Nesta obra, este filósofo demonstra que a produção dos bens econômicos constituíam uma unidade teórica e apresentavam um comportamento suscetível de demonstração científica por meio de procedimentos metodológicos, sendo por este motivo considerado fundador da ciência econômica. Após a sua morte, três grandes nomes aperfeiçoaram e ampliaram as suas idéias: o francês **Jean-Baptiste Say** (1767-1832) e os ingleses **Thomas Malthus** (1766-1834) e **David Ricardo** (1772-1832).

O pensamento clássico desenvolveu-se na segunda metade do século XVIII e no século XIX, período que se caracteriza pelo nascimento da **indústria moderna**. Desse modo, tomando por base as transformações do processo de produção introduzidas pela Revolução Industrial Inglesa, os clássicos centralizam sua abordagem teórica na questão do valor, cuja a fonte original foi identificada no trabalho, tanto agrícola quanto industrial. Os clássicos alteram novamente a noção de riqueza. Na abertura de seu livro, Adam Smith afirma que não é a prata ou o ouro que determina a prosperidade de uma nação, e sim, que a produção da riqueza nacional pode ser pela organização e utilização eficiente do trabalho humano. Como consequência, qualquer mudança que aprimore as forças produtivas potencializará o enriquecimento de uma nação. A principal delas, junto com a mecanização, é a Divisão do Trabalho, amplamente estudada por Smith. A escola também trata de vários assuntos, como: as causas das crises econômicas, as ampliações do crescimento populacional e a acumulação de capital.

Os clássicos são defensores do **liberalismo econômico** e da **livre concorrência**, que exerceram influência decisiva no pensamento econômico capitalista. Elaboram o conceito de racionalidade econômica, na qual cada indivíduo deve satisfazer suas necessidades da melhor forma possível, sem se preocupar com o bem-estar da coletividade. Esta busca egoísta e competitiva, no entanto, está na origem de todo bem público, pois seguindo seus interesses particulares promoviam no conjunto, a ordem e o progresso da nação. Qualquer intervenção, nessas leis naturais do comportamento humano, bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas e o enriquecimento da nação. Usando a metáfora econômica de Smith, os homens levados por uma “mão invisível” acabam promovendo um fim que não era intencional.

Marxismo: centrando seus estudos na anatomia do modo de produção capitalista, a teoria econômica marxista procura compreender como este modo de produção propicia a acumulação contínua de capital. A resposta está na produção de mercadorias. Elas resultam da combinação de meios de produção e do trabalho humano. O seu valor é determinado pelo trabalho socialmente necessário para produzi-las. Nesse processo, a ampliação do capital ocorre porque o trabalho produz valores superiores ao valor da força de trabalho (salários). A esse diferencial Marx dá o nome de **mais-valia**, conceito fundamental de sua teoria. A mais-valia é a fonte dos lucros e da acumulação capitalista. Esta descoberta, desvendou a lei principal deste sistema e forneceu a base doutrinária para o pensamento revolucionário socialista.

O marxismo contém uma das análises mais completas sobre o funcionamento do capitalismo e realiza, ao mesmo tempo, uma crítica profunda à economia clássica. Seu principal expoente é o alemão **Karl Heinrich Marx** (1818-1883), cujas idéias exercem influências em várias áreas das ciências humanas. As teorias econômicas de Marx estão expostas na *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1857) e em *O Capital*, que contou com a colaboração de **Friedrich Engels** (1870-1924) e ao continuar a sua obra, o líder teórico, Lênin, da Revolução Russa de 1917. Lênin, escreveu *Imperialismo, etapa superior do Capitalismo* (1916), obra de destaque na economia marxista e que origina o termo **Marxismo-Lenismo**.

Escola Neoclássica: a partir de 1870, a concepção ampla da Economia Política foi sendo paulatinamente abandonada dando lugar a uma visão mais restrita do processo produtivo, que ficou conhecido como Economia (esta era a visão neoclássica). Fundada no final do século XIX pelo austríaco **Carl Menger** (1840-1921), pelo inglês **William Stanley Jevons** (1835-1882) e pelo francês **Marie-Éspirit Leon Walras** (1834-1910). Posteriormente, destacaram-se o inglês **Alfred Marshall** (1842-1926), os austríacos **Knut Wicksell** (1851-1926) e **Eugene Böhm-Bawerk** (1851-1914), o italiano **Vilfredo Pareto** (1848-1923) e o norte americano **Irving Fisher** (1867-1947).

Os neoclássicos negam a teoria do valor do trabalho elaborado pelos clássicos. Na Inglaterra, amparados pelas idéias do filósofo inglês **Jeremy Bentham** (1748-1832), criador do **Utilitarismo**, afirmam que o valor de um produto é uma grandeza subjetiva: relaciona-se à utilidade que ele tem para cada um. Esta utilidade, por sua vez, depende da quantidade que o indivíduo dispõe. Nos desertos, por exemplo, a água é um bem valiosíssimo, ao passo que em regiões chuvosas o seu valor cai consideravelmente. Dessa maneira, os preços das mercadorias e serviços passam a ser determinados pelo equilíbrio entre oferta e demanda. Essa lei de mercado, segundo os neoclássicos, conduz à estabilidade econômica.

Escola Keynesiana: conjuntos de teorias que derivam das idéias do economista inglês **John Maynard Keynes** (1883-1946), que deu origem a chamada economia contemporânea e suscitou os maiores comentários no mundo todo. Na obra *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936), revolucionaria o pensamento econômico da época, então dominado pela corrente neoclássica. A enorme repercussão do seu trabalho também se relaciona ao momento histórico de seu lançamento. A grande depressão econômica dos anos 30.

Keynes contestava as hipóteses neoclássicas de que as forças do mercado levam, inevitavelmente, ao equilíbrio econômico. Mostra que é possível, numa economia de mercado, a permanência de longas crises, marcadas pela recessão e pelo desemprego, como era o caso dos Estados Unidos. Segundo o autor, elas ocorrem quando o investimento da economia é relativamente reduzido, não sendo suficiente para garantir o pleno emprego da força de trabalho existente. Para superá-la, recomenda o aumento dos gastos públicos com o objetivo de suprir a deficiência de demanda do setor privado. As obras estatais, por exemplo, criam novos postos de trabalho, o que diminui o desemprego.

Seus trabalhos inspiram a política econômica de vários governos, especialmente dos Estados Unidos. No início da década de 70, com as crises de estagnação e inflação, a Escola Keynesiana perde força e, é novamente substituída pelos neoclássicos. Entretanto, as críticas estabelecidas por Keynes, continuam sendo incorporadas às teorias econômicas modernas.

OBS.: após a segunda guerra mundial o pensamento econômico capitalista vem seguindo duas linhas fundamentais: a **linha pós-Keynesiana** e a **monetarista**.

Pós-keynesiana: enfatizando a importância econômica dos instrumentos de intervenção do Estado e voltada para o planejamento e o controle do ciclo econômico, como medidas necessárias ao desenvolvimento econômico.

Monetarista: também denominada de corrente liberal neoclássica, que prega o neoliberalismo, ou seja, destaca fundamentalmente as forças espontâneas do mercado como reguladoras últimas do crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

FRANCO JÚNIOR, Hilário; PAN CHACON, Paulo. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1985.

GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de economia política**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

GASTÃO, Antônio Carlos. **Paradigmas da economia política**. São Paulo: USP, 1994.

LANGE, Oscar. **Moderna economia política**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1986.

NAPOLEONI, Cláudio. **Curso de economia política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

SOARES, Alcides Ribeiro. **Princípios da economia política**: uma introdução à leitura de O Capital. São Paulo: Global, 1989.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ZAMORA, Juan Clement. **O processo histórico**. 6. ed. Lisboa: Renascença, 1965.